

ELEMENTOS DE SOCIOLOGIA

Antonio Sérgio Azevedo Damy

**Mogi das Cruzes
2005**

Sumário

I - Contexto histórico do aparecimento da Sociologia.....	2
Antecedentes da Revolução Industrial (séculos XVIII/XIX)	2
Mecanismos e crises sociais gerados pela emergência do capitalismo liberal	3
II - Figuras centrais no desenvolvimento da sociologia moderna	6
Auguste Comte	6
Herbert Spencer	7
Émile Durkheim	8
Max Weber	9
Karl Marx	10
III - Instituições sociais	12
Organização Social e Estrutura Social	13
Estratificação e Mobilidade Social	13
Castas, Estamentos e Classes Sociais	15
Ação Social	19
Status e papel social	21
IV - Elementos básicos da vida social (indivíduo, cultura e sociedade)	24
Padrões de comportamento (diferenças entre sociedades humanas e sociedades animais)	24
Socialização e comunicação simbólica	26
Cultura	26
Mudanças culturais, valores, objetivos e normas	28
Etnocentrismo	29
V - Referências Bibliográficas	30

I - Contexto histórico do aparecimento da Sociologia

Em linhas muito gerais, podemos dizer que a moderna sociologia, substituta da 'filosofia social' tem sua origem na *Revolução Industrial* e na *Revolução Francesa*. Nesse sentido, a revolução industrial pode ser vista como uma nova era na história da humanidade, pois dá início à uma acumulação crescente de população, bens e serviços numa proporção sem precedentes. É antes de mais nada uma *revolução produtiva*, ou seja, uma revolução nas *formas de produção e de acumulação* do homem com implicações e modificações profundas em todas as instituições humanas.

Antecedentes da Revolução Industrial (séculos XVIII/XIX)

A sociedade atual tem sua origem em elementos localizados na Europa entre os séculos IV a XIV (300 a 1400 d.C.). Neste período a economia centralizava-se em torno da propriedade da terra. A principal forma de organização social era agrária, baseando-se no trabalho rural.

A terra era fonte de riquezas e pertencia a alguns poucos proprietários poderosos: a nobreza e o alto clero. A maioria da população trabalhava nas terras da nobreza feudal para sobreviver, pagando tributos pelo uso da terra. O comércio era ainda incipiente, caracterizado-se pela troca de mercadorias nas pequenas aldeias (ainda não existiam as grandes cidades) e a vida das pessoas regrava-se pelo pensamento religioso.

A partir do século XIV o mundo agrário europeu (sociedade feudal) irá transformar-se numa sociedade industrial e urbana (capitalismo), num processo revolucionário que demorará pelo menos três séculos.

Esse processo possui as seguintes características: ¹

- Foi uma revolução econômica, pois a organização do trabalho se alterou profundamente: da sociedade estratificada em duas grandes camadas (nobreza e servos) surgiu um novo grupo, o dos comerciantes e artesãos livres, pessoas que já não dependiam mais da terra, e sim de suas atividades urbanas. Alguns destes comerciantes e artesãos, mais poderosos, passaram a investir grandes somas de riquezas nas *manufaturas*, as indústrias, que embora ainda primitivas, já traziam em sua concepção, as normas da divisão de tarefas e da divisão interna das funções. Nelas, o trabalhador não mais elabora o produto por inteiro, mas dividido em etapas: uma peça isolada, que quando somada às peças produzidas por outros trabalhadores, resultará no produto final. Este processo, conhecido como *divisão social do trabalho*, irá propiciar o desenvolvimento, cada vez mais intenso, de novas técnicas, dando origem à indústria moderna. Os proprietários destes meios de produção, a nova classe empresarial, passarão a ser conhecidos como burguesia. Já os trabalhadores, não-proprietários, que para sobreviver, contam apenas com sua capacidade de trocar trabalho por salário, conhecidos como proletários.
- Foi uma revolução política, pois a antiga nobreza feudal, perde o domínio para a burguesia, classe economicamente mais poderosa. Serão agora os empresários que passarão a organizar a política, base do Estado Moderno (a democracia burguesa).
- Foi uma revolução ideológica e científica, capaz de alterar profundamente a visão do mundo feudal. Propaga-se a idéia de progresso, de enriquecimento, de competição e do individualismo. A ciência irá concorrer para a permanência deste modelo, pois implica em domínio sobre a natureza, gerando novas técnicas de produção.

¹ Cf. MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000. pg. 27-29.

Quadro Sinóptico

- Acumulação de recursos gerados pela política mercantil inglesa, com o fortalecimento e enriquecimento dos grandes comerciantes e empresas
- O capitalista comercial introduz grandes modificações na produção manufatureira e agrícola tradicional, marcada por uma produção artesanal, doméstica e rural (familiar), conduzindo-a à uma produção mecanizada e separada da produção familiar, ao mesmo tempo em que procura implantar novas técnicas visando aumentar a produtividade.
- A população rural migra para os centros urbanos, que possuem indústrias. Cria-se de um lado, um proletariado urbano, assalariado e sem acesso à propriedade dos meios de produção e de outro, um empresariado capitalista, com a função de organizar a atividade produtiva na empresa.
- A Revolução francesa irá consolidar as aspirações e exigências desta nova classe social, a burguesia. Tanto a revolução industrial quanto a revolução francesa, constituem as duas fases de um mesmo processo: a consolidação do regime capitalista moderno.

PRODUÇÃO ARTESANAL —————> MANUFATURA —————> INDÚSTRIA

Mecanismos e crises sociais gerados pela emergência do capitalismo liberal

"A partir de meados do século XVIII, as técnicas de produção foram profundamente modificadas: em menos de dois séculos os homens vão adquirir um controle da natureza sem comparação com o que até então possuíam. Essa Revolução Industrial começa sob a égide da liberdade. Mas, essa liberdade tem um significado particular. Antes de qualquer outra coisa, trata-se de permitir aos empresários industriais que desenvolvam e criem novas formas de produção e de enriquecer. Luta-se contra os regulamentos, os costumes, as tradições e as rotinas, a fim de submeter a organização da sociedade aos imperativos de uma classe social - a *burguesia*; progressivamente, no seu próprio seio, um grupo predomina: os *empresários industriais*. Mais que a liberdade, o capitalismo liberal estabelece o reino do capital, dos seus possuidores e dos imperativos de acumulação deste capital... A maioria dos operários são camponeses e artesãos arruinados; expulsos das terras e das aldeias, vivem em ignóbeis condições de alojamento e de promiscuidade. O artesão perde a sua antiga qualificação ... Estamos em presença de uma verdadeira castração de talento. Todos eles são desenraizados, considerados pela burguesia como seres úteis mas perigosos. Na França, o operário passa a ter uma carteira de trabalho que o submete ao controle da Polícia. Na Inglaterra, o operário que deixa seu patrão é passível de ser preso. As condições de trabalho são duras. A jornada é de pelo menos 12 horas e não há férias nem feriados. O trabalho das mulheres e das crianças é a regra. Praticamente as crianças começam a trabalhar desde a idade de seis anos... No século XIX o ritmo da alteração econômica, no referente à estrutura da indústria e das relações sociais, o volume de produção e a extensão e variedade do comércio mostrou-se inteiramente anormal, a julgar pelos padrões dos séculos anteriores; tão anormal a ponto de transformar radicalmente as idéias do homem sobre a sociedade, de uma concepção mais ou menos estática de um mundo onde, de uma geração para a outra, os homens estavam fadados a permanecer na posição de vida que lhes fora dada ao nascimento, e onde o rompimento com a tradição era contrário à natureza, para uma concepção de progresso com lei da vida e da melhoria constante com estado normal de qualquer sociedade sadia..." (CASTRO, 1978 :15-16).

O aparecimento da Sociologia

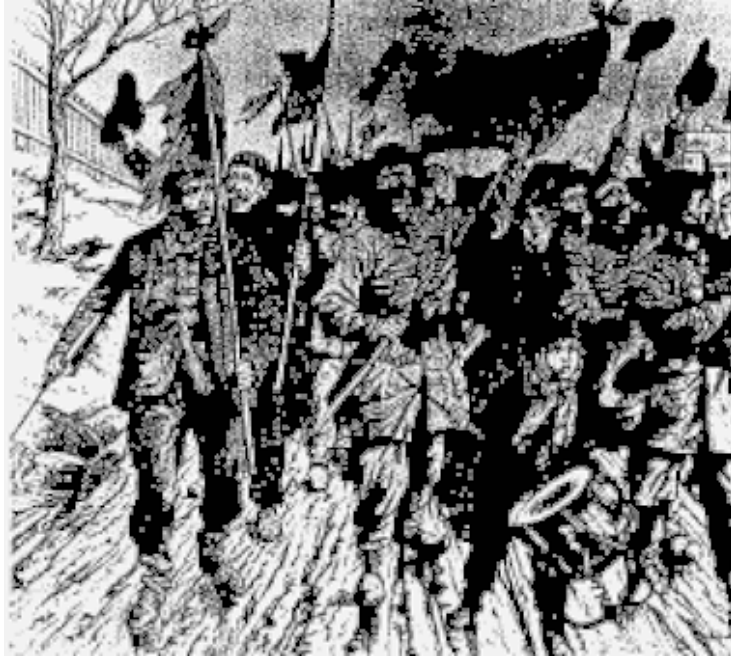


Figura A: "Percebendo que a riqueza gerada pelo trabalho não o beneficia, o trabalhador descobre e utiliza a greve como arma política de resistência."(CUNHA, 1992 :160)

A revolução industrial conduz portanto, a uma forma específica de pensar e de vivenciar o mundo. Assim, na idade média, a terra e a obra que a atividade humana criou sobre ela eram estáveis, com a autoridade divina sendo o ponto de referência. Deste ponto de vista, cultura e natureza justificavam-se e explicavam-se sobre uma base transcendente. Com o renascimento, com o surgimento da "razão", troca-se a visão transcendente do mundo, por uma visão imanente, pela experiência e pelo conhecimento científico da natureza. Chega-se à uma explicação causal de mundo e universo, através da utilização de princípios matemáticos e mecânicos: "1. deve-se afastar, no estudo da realidade objetiva, toda e qualquer idéia pré concebida, toda noção apriorística sobre os fatos que se estudam; 2. o espírito deve ser conduzido à pesquisa pela dúvida, dúvida metódica e construtiva, que analisa e investiga, único meio de realizar a verdade dos fatos e não deformar os fatos para ajusta-los a uma verdade revelada." (CASTRO, 1978 :17-18). A ciência adquire um sentido messiânico na hora de remediar a situação social: o padrão atual não é a decisão política, ética ou teologicamente fundamentada, mas a aplicação técnica das leis científicas que regem a sociedade humana. Deve-se, por conseguinte, construir 'positivamente' a ciência social: como ciência da vida coletiva será um dos ramos fundamentais da ciência da vida em geral ou fisiologia, 'uma fisiologia social, constituída pelos fatos materiais que derivam da observação direta da sociedade, e uma higiene, que contenha os preceitos aplicáveis a tais fatos, são portanto, as únicas bases positivas sobre as quais se pode estabelecer o sistema de organização reclamado pelo estado atual da civilização." (SAINT-SIMON Apud CASTRO, 1978 :19). Portanto, a sociedade torna-se consciente de seu protagonismo histórico, passa a ser vista como uma força, como um organismo dinâmico constituído por elementos específicos. Assim, para o positivismo, o estado atual de uma sociedade é não apenas passível de análise, mas modificável através da ciência social.

Somente associando a liquidação do *ancien régime* pela instauração da moderna era industrial com as condições econômicas e sociais da primeira metade do século XIX, que favorecem o desenvolvimento do método científico em vários setores do conhecimento humano (física, biologia, etc.), é possível entender o surgimento das condições práticas e teóricas para a organização da sociologia enquanto disciplina científica: "Por isso, seria vão e improfícuo separar a Sociologia das condições histórico-sociais de existência, nas quais ela se tornou intelectualmente possível e necessária. A Sociologia não se afirma primeiro como explicação científica e, somente depois, como forma cultural de concepção do mundo. Foi o inverso o que se deu na realidade. Ela nasce e se desenvolve como um dos florescimentos intelectuais mais complicados das situações de existência nas modernas sociedades industriais e de classes. E seu progresso, lento mas contínuo, no sentido do saber científico positivo, também se". faz sob a pressão das exigências dessas situações de existência, que impuseram tanto ao pensamento prático, quanto ao pensamento teórico, tarefas demasiado complexas para as formas pré-científicas de conhecimento... Os pioneiros e fundadores dessa disciplina se caracterizam menos pelo exercício de atividades intelectuais socialmente diferenciadas, que pela participação mais ou menos ativa das grandes correntes de opinião dominantes na época, seja no terreno da reflexão ou da propagação de idéias, seja no terreno da ação... Conservadores, reformistas ou revolucionários, aspiram fazer do conhecimento sociológico um instrumento da ação. E o que pretendiam modificar não era a natureza humana em geral, mas a própria sociedade em que viviam." (CASTRO, 1978 :21).

"A sociologia do século XIX marca incontestavelmente o momento da reflexão dos homens sobre eles mesmos, aquele onde o social como tal é posto em questão, com seu caráter equívoco, ora enquanto relação elementar entre os indivíduos, ora enquanto entidade global. Ela também exprime uma intenção não radicalmente nova mas original por seu radicalismo, a de um conhecimento propriamente científico, baseado no modelo das ciências da natureza, tendo em vista o mesmo objetivo: o conhecimento científico deveria dar aos homens o controle de sua sociedade e de sua história assim como a física e a química lhes possibilitaram o controle das forças naturais." (CASTRO, 1978 :24).

É nesse sentido, que a sociologia não deve ser separada das condições históricas e sociais de existência: "Nasce antes como uma concepção de mundo do que como uma explicação científica desta mesma realidade. Seus fundadores, fossem conservadores, reformistas ou revolucionários, aspiravam fazer do conhecimento sociológico um instrumento de ação. E o que pretendiam modificar não era a natureza humana em geral, mas a própria sociedade em que viviam, todos se preocupavam pelas descobertas das ciências e por suas aplicações nas indústrias, nos serviços públicos e nas relações humanas (FERNANDES, 1978 :15). A construção de suas elaborações interpretativas perseguiram dois fins: "1. o de descrever a ordem social como um sistema dotado de organização estrutural e funcional própria, cuja alteração interna se processaria através da operação de mecanismos inerentes à organização do sistema. 2. o de descobrir as condições dentro das quais a atividade humana poderia tirar determinados proveitos da plasticidade relativa da ordem social, mediante o aproveitamento dos conhecimentos fornecidos pela análise dos referidos mecanismos de mudança do sistema social." (Ibdem :15). O que temos então na verdade, é o nascimento de uma concepção de ciência aplicada e a da significação construtiva da prática para a teoria que não encontrava símile nem fundamento nas ciências naturais.

II - Figuras centrais no desenvolvimento da sociologia moderna

Auguste Comte
Herbert Spencer
Émile Durkheim
Max Weber
Karl Marx

Auguste Comte

Comte (1798-1857), preocupou-se menos em definir o objeto de estudo da sociologia do que tecer-lhe um caráter de ciência. Para Comte, "... a ciência social de seu tempo, quanto ao seu futuro, estava na mesma relação em que antigamente a astrologia estava diante da ciência da astronomia, e a alquimia diante da química." (INKELES, 1971 :14). No conjunto de sua obra não aparece nenhuma preocupação em subdividir a sociologia em especialidades, dividindo-a meramente em duas áreas principais: *estática social* e *dinâmica social*.

Estática Social	• principais instituições ou conjuntos institucionais da sociedade (economia, família, política).
Dinâmica Social	• focalizar as sociedades globais como unidade de análise.

Neste sentido, podemos compreender como *estática social*, o estudo das inter-relações entre as principais *unidades básicas* ou *instituições* da sociedade.

"O estudo estático da sociologia consiste na investigação das leis de ação e reação de diferentes partes do sistema social". Ao mesmo tempo, as partes de uma determinada sociedade não podem ser entendidas separadamente, como se dotadas de uma existência independente e sim, tratadas como que formando uma relação mútua, um todo que se completa. A essa característica da sociedade, Comte denominou de *Interligação Social Universal*.

No caso da *dinâmica social*, a preocupação deveria incidir sobre a própria sociedade global, vista desta forma como unidade de análise. O objetivo era por em evidência como tais sociedades se desenvolveram e modificaram com o tempo.

Conseqüências da teoria de A. Comte: - o Positivismo

Baseado em seus estudos de dinâmica social, Comte acreditava que as sociedades passavam por estágios fixos e comuns de desenvolvimento, progredindo sempre em busca da perfeição. Por serem estados de desenvolvimento comuns às sociedades, podemos pressupor que todas sociedades passaram ou passarão pelas etapas descritas por Comte.



Figura B: Cabeça mecânica (Raoul Hausmann).

"A experiência humana *mensurante* se baseia na referência a algum procedimento de medida, o que supõe no limite a utilização de meios sensoriais. É o caso da experiência científica..." (CUNHA, 1992 :221).

Herbert Spencer

Spencer (1820-1903). Seu *Princípios de Sociologia* (1877), constitui a primeira abordagem sistemática dedicada a análise sociológica. "A Ciência da sociologia precisa explicar como sucessivas gerações de unidades são produzidas, criadas e se tornam adequadas para a cooperação. Assim, o desenvolvimento da família está em primeiro lugar... a Sociologia precisa, depois, descrever e explicar o aparecimento e o desenvolvimento dessa organização política que de várias formas regula as questões - que combina as ações dos indivíduos e que os limita em algumas relações entre eles. De forma semelhante, é preciso descrever a evolução de funções e estruturas eclesásticas. É preciso explicar também o sistema de coerções pelo qual as ações secundárias dos cidadãos são reguladas. É preciso estudar os estágios pelos quais passa o elemento industrial (assim como), o crescimento das estruturas reguladoras que o elemento industrial desenvolve no seu interior".

Definições empregadas por Herbert Spencer

- família enquanto instituição política
- funções e estruturas eclesásticas
- sistemas de coerções (controle social)

Campos de estudo da sociologia definidos por Herbert Spencer

família / política / religião / controle social / indústria / associações e comunidades

Para Spencer, a Sociologia preocupava-se com as inter-relações entre os diferentes elementos da sociedade, em explicar como as partes influem no todo e quais as reações a elas, e como, neste processo, podem transformar e ser transformadas. Considerava a sociedade vista em sua totalidade como unidade de análise: as partes da sociedade, embora fossem unidades distintas, não estavam dispostas ao acaso. Tais partes mantêm uma relação constante entre si, e este fato, torna a sociedade uma 'entidade' provida de sentido, um objeto adequado para a pesquisa científica. A sociologia deve comparar sociedades de diferentes tipos e sociedades em diferentes estágios.

Algumas conseqüências da teoria de Spencer

- A sociedade passa a ser vista como constituída por um conjunto de partes que não podem ser isoladas.
- Através do estudo analítico e comparativo de diversas sociedades poderemos compreender os fenômenos de estrutura e função apresentados pelas sociedades.

Principais divisões da sociologia presentes no *L'Année Sociologique*

- Sociologia Geral (personalidade no indivíduo e na sociedade)
- Sociologia da Religião
- Sociologia do Direito e Moral (organização política, social, casamento e família)
- Sociologia Criminal
- Sociologia Econômica
- Estudos de Demografia
- Sociologia da Arte

Émile Durkheim

Durkheim (1858-1917), procurou caracterizar a necessidade da sociologia de renunciar à sua pretensão de globalização da totalidade da análise social para uma visão mais especializada, capaz de discernir cada vez mais entre partes, elementos e diferentes aspectos que devem servir como objetos de problemas específicos. "Na realidade existem tantos domínios da sociologia, tantas ciências sociais específicas, quantos são as variedades de fatos sociais." Muito embora tivesse uma visão geral das instituições e dos processos sociais que os sociólogos deveriam estudar, Durkheim (como seus contemporâneos), também acentuava a importância da análise das relações entre instituições, e entre elas e seu ambiente. Para Durkheim, "cada fato social deve ser ligado a um meio social específico, a um tipo definido de sociedade. Proceder de outra forma, é deixar os fatos sociais - os fatos de religião, direito, idéias morais e econômicas - suspensos no vazio".

A abordagem com que Durkheim debruçou-se sobre a sociologia se anuncia nas obras *De la division du travail social* (1893; *Da divisão do trabalho social*) e *Les Règles de la méthode sociologique* (1895; *As regras do método sociológico*). Na primeira, analisa o problema da ordem num sistema social de individualismo econômico. Na segunda, define fato social e esquematiza a trama metodológica com que estudou os fenômenos sociais.

O fato social é experimentado pelo indivíduo como uma realidade independente que ele não criou e não pode rejeitar, como as regras morais, leis, costumes, rituais e práticas burocráticas oficiais, entre outras. Partindo da exterioridade dos fatos sociais, Durkheim abordou a sociedade como um fato *sui generis* e irredutível a outros, compreendendo-a como um conjunto de ideais constantemente alimentados pelos indivíduos que fazem parte dela. Dessa forma, conceituou a consciência coletiva como o "sistema das

representações coletivas de uma dada sociedade". A linguagem, por exemplo, é uma representação coletiva, assim como os sistemas jurídicos e as obras de arte.

Na análise dos sistemas sociais, Durkheim introduziu os conceitos de solidariedade mecânica e orgânica, que o levaram à distinção dos principais tipos de grupos sociais. A solidariedade mecânica ocorre nas sociedades primitivas, nas quais os indivíduos diferem pouco entre si e partilham dos mesmos valores e sentimentos. A orgânica, presente nas sociedades mais complexas, se define pela divisão do trabalho. O estudo das sociedades mais complexas levou Durkheim às idéias de normalidade e patologia sociais, a partir das quais introduziu o conceito de anomia, ou seja, ausência ou desintegração das normas sociais. Como as sociedades mais complexas se baseiam na diferenciação, é preciso que as tarefas individuais correspondam aos desejos e aptidões de cada um. Isso nem sempre acontece e a sociedade se vê ameaçada pela desintegração, pois os valores ficam enfraquecidos. A solução proposta por Durkheim são as formas cooperativistas de produção econômica.

Em *Le Suicide* (1897; *O suicídio*), tentou mostrar que as causas do auto-extermínio têm fundamento social e não individual. Descreveu três tipos de suicídio: o egoísta, em que o indivíduo se afasta dos seres humanos; o anômico, originário, por parte do suicida, da crença de que todo um mundo social, com seus valores, normas e regras, desmorona-se em torno de si; e o altruísta, por lealdade a uma causa.

Na última de suas quatro obras capitais, *Les Formes élémentaires de la vie religieuse* (1915; *As formas elementares da vida religiosa*), buscou mostrar as origens sociais e cerimoniais, bem como as bases da religião, sobretudo do totemismo na Austrália. Afirmou que não existem religiões falsas, que todas são essencialmente sociais. Émile Durkheim morreu em Paris em 15 de novembro de 1917.

Conseqüências da teoria de Durkheim

- As sociedades são encaradas como unidades importantes para a análise sociológica.
- A importância dos estudos comparativos entre as diversas sociedades.

Max Weber

Weber (1864-1920), procurou desenvolver um método específico para a disciplina, a que chamou de *Método da Compreensão*. Para Weber, a sociologia "é uma ciência que procura a compreensão interpretativa da ação social, a fim de chegar a uma explicação causal de seu curso e suas conseqüências." Weber define ação social como "todo o comportamento humano, quando e na medida em que o indivíduo que age lhe atribui um sentido subjetivo." Apesar da ênfase na *ação e relação social*, Weber não procurava deles fazer o próprio objeto da sociologia. Propôs um sistema complexo para classificar atos e relações sociais, mas não os estudou como tais, dedicando-se exclusivamente ao estudo das instituições concretas.

Principais instituições estudadas por Max Weber

- religião
- estudos econômicos (divisão do trabalho e lucro)
- organizações sociais (partidos políticos e burocracia)
- classe e casta
- música

Algumas implicações da teoria de Max Weber

- O interesse da sociologia pela análise das inter-relações entre as partes ou elementos da sociedade.

Karl Marx

Na teoria marxista o conceito de classe social difere fundamentalmente do que possam assinalar-lhe outras escolas sociológicas, por várias razões:

O marxismo não concebe as classes sociais como simples categorias nominais, construídas a partir de um esquema lógico-formal, aplicável a qualquer sociedade. É, para ele, portanto, estranha a clássica divisão da sociedade em três classes: alta, média e baixa, por mais que tal divisão apareça “refinada” com novas subdivisões (classe média alta, classe média, classe média baixa, etc.), ou que tais categorias se revistam de dados empíricos provenientes da combinação de múltiplos “indicadores”.

O marxismo tão pouco crê que a estrutura de classes consista nas simples diferenças de posições, nível educativo, prestígio, etc. Desde logo tais dados refletem, a grosso modo, posições sociais distintas, mas trata-se dos efeitos mais visíveis de determinadas estruturas de classe e não de elementos fundadores de tais estruturas.

Nem sequer a grandeza de “fortuna” ou “riqueza” dos membros de uma sociedade é para o marxismo o elemento fundamental da estrutura de classes. Não só porque estes termos são bastante imprecisos, mas porque no interior de uma mesma classe a grandeza da “riqueza” pode diferir notavelmente de indivíduo para indivíduo, assim como, em sentido inverso, a “fortuna” dos membros de duas ou mais classes pode coincidir.

O marxismo sustenta que o problema das classes sociais não pode ser estudado corretamente senão a partir de uma teoria geral da sociedade e da história. Por isso, antes de abordar tal problema é mister começar definindo alguns conceitos fundamentais do materialismo histórico.

Modo de produção e formação social

Um dos conceitos fundamentais é o *modo de produção*, que se refere à forma em que os homens obtêm seus meios materiais de existência. Ele supõe, necessariamente, dois tipos de relações intimamente ligadas, mas que é necessário distinguir no plano teórico:

1. a relação dos homens com a natureza para efeitos da produção; relação que é captada pelo conceito de *forças produtivas*, que designa a capacidade que os homens possuem em determinado momento para obter certa produtividade, com ajuda de seus conhecimentos e técnicas, máquinas, ferramentas, etc...

2. a relação que os homens estabelecem entre si no processo produtivo, quer dizer, o que se denomina *relações sociais de produção*.

A combinação destes dois elementos: forças produtivas e relações sociais de produção, constitui a matriz econômica de todo *modo de produção* e é a que determina, inclusive, os demais aspectos do econômico: a circulação, distribuição e consumo dos bens materiais.

Sobre a base desta matriz econômica, que se denomina também *infraestrutura*, se “levanta” a *superestrutura* social, que por sua vez consta de duas instâncias fundamentais:

- a instância *jurídico-política*, que compreende o conjunto de organizações e instituições sociais (estado e direito, fundamentalmente, nos modos de produção classistas); e
- a instância *ideológica*, formada pelo conjunto de idéias, imagens e representações sociais em geral.

A relação que existe entre a base ou infraestrutura econômica e as duas instâncias

superestruturais consiste em uma articulação complexa, que pode definir-se da seguinte forma:

- a base determina em última instância a superestrutura, na medida que lhe designa uma função muito precisa, qual seja a de produzir as condições jurídicas, políticas e ideológicas, necessárias para a reprodução do respectivo modo de produção.

- dentro deste limite estrutural de funcionamento, a superestrutura possui uma autonomia relativa que lhe permite ter suas formas específicas de desenvolvimento e atuar, por sua vez, sobre a base.
- o grau e a forma em que a superestrutura atua sobre a base varia segundo o modo de produção de que se trata. Assim, por exemplo, no modo de produção capitalista a intervenção do jurídico e do ideológico sobre a instância econômica não é da mesma natureza que no modo de produção feudal. Por isto, quer dizer, porque em cada modo de produção se dá uma articulação distinta entre a base e a superestrutura, é que o conceito de modo de produção pode ser usado num sentido mais amplo para designar não só a matriz econômica, como também a estrutura resultante da articulação das três instâncias: a econômica, a jurídico-política e a ideológica. Neste sentido, o conceito de modo de produção é um dos mais importantes da sociologia marxista, visto que nos proporciona, por assim dizer, um primeiro “modelo” teórico sobre a estruturação básica da sociedade.

Assim, e por sua mesma condição de conceito que se encontra num nível muito alto de abstração, o conceito de modo de produção necessita complementar-se com outro, que se situe num nível de concreção maior. Este conceito é o de *formação social*, que se refere às sociedades historicamente dadas, nas quais já não encontramos um só modo de produção em “estado puro”, mas, por regra geral, uma combinação específica de vários modos de produção.

Esta combinação não consiste, desde logo, numa simples justaposição, mas constitui uma estrutura articulada de maneira muito complexa:

- em primeiro lugar, os modos de produção se combinam sempre sob a hegemonia de alguns deles, o *dominante*, que é o que imprime seu caráter à formação social em seu conjunto e redefine a situação dos outros modos de produção (subordinados), fixando-lhes limites de funcionamento e desenvolvimento. Mas, a índole dialética desta relação faz com que o modo ou os modos de produção subordinados sobredeterminem, por sua vez, o funcionamento e desenvolvimento do modo de produção dominante, com o qual se relacionam, portanto, conflitivamente. Além disso, aquela relação vai sofrendo alterações com o curso do desenvolvimento histórico, de maneira que, em determinado momento o modo de produção subordinado pode deixar de sê-lo e converter-se em dominante (o qual depende, claro esta, da índole dos modos de produção compreendidos em cada articulação).
- em segundo lugar, em uma formação social não só se articulam diferentes modos de produção com todas suas instâncias e elementos, mas também podem articular-se em uma mesma unidade concreta, elementos de vários modos de produção. É o caso, sobretudo, de certas situações de transição, nas quais encontramos unidades econômicas, instituições políticas ou sistemas ideológicos de caráter “misto”, semi-feudais ou semi-capitalistas, por exemplo.
- por último, junto aos modos de produção fundamentais, que são aqueles capazes de impor sua hegemonia em uma formação social (comunitário primitivo, escravista, feudal, capitalista e socialista), existem também modos de produção secundários, que só podem aparecer num plano subordinado, dependendo de algum modo de produção fundamental. É o caso do modo de produção *mercantil simples* (produção artesanal e pequeno-camponesa), a que denominaremos, para marcar seu caráter específico, *forma de produção*.

III - Instituições sociais

Instituições sociais congregam o conjunto de papéis organizados de uma determinada sociedade (podemos reunir atos ou ação social em costumes, o conjunto destes costumes em papéis e uma série complexa de papéis em instituição social): "Um sistema organizado de práticas e papéis sociais desenvolvidos em torno de um valor ou de uma série de valores, bem como o mecanismo criado para regular as práticas e governar as regras." (REUTER, E.B. Apud INKELES, 1964 : 113). As instituições sociais representam os principais blocos para a construção da sociedade, com seu número e amplitude variando de sociedade para sociedade.

Poderíamos indagar: Quais são as principais características de uma instituição? Peter Berger, valendo-se da *linguagem* exemplo de instituição, considera que "... as instituições são experimentadas como algo dotado de realidade exterior; em outras palavras, a instituição é alguma coisa situada fora do indivíduo, alguma coisa que de certa maneira... difere da realidade formada pelos pensamentos, sentimentos e fantasias do indivíduo. Por esta característica, uma instituição assemelha-se a outras entidades da realidade exterior - guarda certa semelhança até mesmo com objetos tais como árvores, mesas e telefones, que estão lá fora, quer o indivíduo queira, quer não." (BERGER, 1978 : 196).

Para este autor, as instituições são possuidoras de objetividade, ou seja, todos os indivíduos de uma determinada sociedade admitem sua existência como objetivamente real. Por outro lado, as instituições são dotadas de uma força coercitiva: "o poder essencial que a instituição exerce sobre o indivíduo consiste justamente no fato de que a mesma tem existência objetiva e não pode ser afastada por ele. No entanto, se acontecer que este não note o fato, esqueça o mesmo - ou, o que é pior -, queira modificar o estado de coisas existente, é nessas oportunidades que muito provavelmente a força coercitiva da instituição se apresenta de forma bastante rude." (Ibdem: 197). As instituições mantêm ainda, o que poderíamos chamar de autoridade moral sobre os indivíduos, não se mantendo apenas através da coercitividade: "Invocam um direito à legitimidade; em outras palavras, reservam-se o direito de não só ferirem o indivíduo que as viola, mas ainda o de repreendê-lo no terreno da moral. É claro que o grau de autoridade moral atribuído às instituições varia de caso para caso. Geralmente essa variação se exprime através da gravidade do castigo infligido ao indivíduo desrespeitoso. O Estado, no caso extremo, poderá mata-lo, enquanto a comunidade dum área residencial talvez se limite a tratar friamente sua esposa, quando esta freqüenta o clube. Num caso como noutro, o castigo é acompanhado dum sentimento de honradez ofendida... Geralmente exprime-se num estímulo bastante eficiente, representado pela sensação de vergonha e, por vezes, de culpa, que se apossa do infrator." (BERGER, 1978 : 198). As instituições possuem também a qualidade da historicidade, ou seja, têm uma história. "Em praticamente todos os casos experimentados pelo indivíduo, a instituição existia antes que ele nascesse e continuará a existir depois de sua morte. As idéias corporificadas na instituição foram acumuladas durante um longo período de tempo, através de inúmeros indivíduos cujos nomes e rostos pertencem irremediavelmente ao passado." (BERGER, 1978 : 198).

O conjunto de instituições de uma sociedade constitui um sistema social. Podemos citar quatro conjuntos principais de instituições que formam subsistemas no interior da sociedade: as Instituições políticas, relacionadas ao exercício do poder e da força (para tanto devem ser legitimadas pela sociedade) e das relações com outras sociedades. As Instituições econômicas, relacionadas com a produção e distribuição de bens e serviços. As Instituições expressivas e integradoras (organizações científicas pedagógicas, religiosas e filosóficas) voltadas para as artes em geral, com a transmissão e reprodução dos valores sociais. E finalmente, as Instituições de parentesco, que centralizam a regulamentação das relações inter-sexuais. Deve ficar bem claro, que no conjunto de suas atividades, tais instituições se inter-relacionam, e nesse sentido podemos designa-las como estruturas analíticas, contrapondo com sua visão isolada (estruturas concretas).

Organização Social e Estrutura Social

A idéia de estrutura da sociedade considera as relações das partes com o todo, o arranjo no qual os elementos da vida social estão ligados. estas relações devem ser vistas como construídas umas sobre as outras, pois são séries de ordens diversas de complexidade. Para uma sociedade funcionar efetivamente e ter o que podemos chamar uma "estrutura coerente", seus membros devem ter uma idéia do que esperar. Sem padrões de expectativas e um esquema de idéias a respeito do que pensamos sobre o que devem fazer as outras pessoas, não seríamos capazes de ordenar nossas vidas. Os padrões de realização, as características gerais de relações sociais concretas devem, também, estar presentes no conceito de estrutura. É igualmente importante enfatizar o modo pelo qual as normas sociais, os padrões ideais, a trama de expectativas, tendem a ser mudados, reconhecida ou imperceptivelmente, pelos atos dos indivíduos em resposta a outras influências, inclusive desenvolvimentos tecnológicos.

O conceito de estrutura social é um recurso analítico que serve para compreender como os homens se comportam socialmente. As relações sociais de importância crucial para o comportamento dos membros da sociedade, constituem a essência do conceito de estrutura, de tal sorte que, se estas relações não operassem, a sociedade não existiria sob essa forma. A estrutura social deve incluir as relações cruciais ou básicas emergentes de um sistema de classes baseado nas relações com a terra. Outros aspectos da estrutura social surgem das relações de outros tipos de grupos persistentes como clãs, castas, categorias de idade ou sociedades secretas. Outras relações básicas se devem à posição em um sistema de parentesco, "status" em relação a um superior político, ou participação no conhecimento ritual.

Portanto, a estrutura social, e consiste no fato de que todos os indivíduos, em suas ações na sociedade, obedecem a um padrão relacionado com a sua posição social. Exemplo: a relação de amizade, sendo que uma posição designa a forma como as pessoas interagem umas com relação às outras, sendo também conhecida como *status* ou *papel social* de um determinado indivíduo.

Grupos, organizações formais, comunidades e sociedades apontam posições para os seus membros, que determinarão a sua forma de agir. Assim, procuramos fazer o que é esperado de nós e esperamos que os outros atuem corretamente em suas posições. Portanto, a estrutura social consiste em um conjunto inter-relacionado de posições dentro da organização social. As posições formam uma rede – estão relacionadas às outras posições – e não podem ser descritas como entidades isoladas. Ex.: o professor existe em função dos alunos, o marido da esposa.

Os papéis sociais portanto, estão sempre vinculados às posições dos indivíduos na sociedade, gerando uma série de normas ou expectativas das pessoas em relação às outras.

Estratificação e Mobilidade Social²

A estratificação social indica a existência de diferenças, de desigualdades entre pessoas de uma determinada sociedade. Ela indica a existência de grupos de pessoas que ocupam posições diferentes.

São três os principais tipos de estratificação social:

- estratificação econômica - baseada na posse de bens materiais, fazendo com que haja pessoas ricas, pobres e em situação intermediária;
- estratificação política - baseada na situação de mando na sociedade (grupos que têm e grupos que não têm poder);

² Reproduzido para fins didáticos por Antonio Sérgio Azevedo Damy. In OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. 20^a ed. São Paulo, Editora Ática, 1998.

- **estratificação profissional** - baseada nos diferentes graus de importância atribuídos a cada profissional pela sociedade. Por exemplo, em nossa sociedade valorizamos muito mais a profissão de médico do que a profissão de pedreiro.

É importante lembrar que todos os aspectos de uma sociedade - econômico, político, social etc. - estão interligados. Assim, os vários tipos de estratificação não podem ser entendidos separadamente. Por exemplo, as pessoas que ocupam altas posições econômicas em geral também têm poder e desempenham funções valorizadas socialmente. No entanto, o aspecto econômico é mais importante que os outros na caracterização da sociedade.

Para compreender como se dá a estratificação econômica numa sociedade, por exemplo, podemos realizar duas operações:

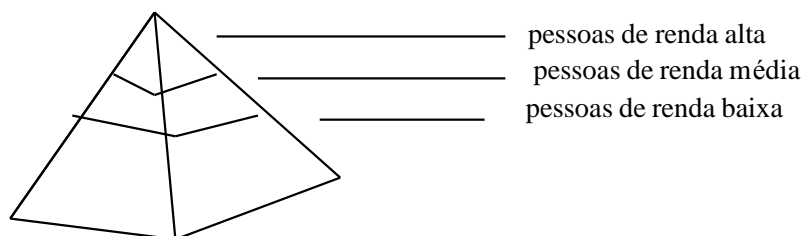
1a. - reunimos as pessoas em grupos de acordo com o nível de rendimento que apresentam;

2a. - formamos os grupos com pessoas de uma mesma situação econômica, hierarquizamos esses grupos.

Assim procedendo, teremos, de acordo com o critério nível de rendimento:

- grupo A - pessoas de renda alta;
- grupo B - pessoas de renda média;
- grupo C- pessoas de renda baixa.

Veja na figura abaixo como esses grupos podem ser representados através de uma pirâmide de renda:



A estratificação social é a divisão da sociedade em estratos ou camadas sociais. Dependendo do tipo de sociedade, esses estratos ou camadas podem ser: castas (Índia); estamentos (Europa Ocidental durante o feudalismo); e classes sociais (países capitalistas). Cada uma dessas formas de estratificação tem características próprias, que estudaremos mais adiante.

Mobilidade social

Os indivíduos, numa sociedade capitalista, estratificada em classes sociais, podem não ocupar um mesmo status durante toda a vida. É possível que alguns deles, que integram a camada de baixa renda (C), passem a integrar a de renda média (B). Por outro lado, alguns indivíduos da camada de alta renda (A), por algum infeliz acontecimento, podem ver sua renda diminuída, passando a integrar as camadas B ou C. Esse fenômeno é chamado de mobilidade social.

Mobilidade social, portanto, é a mudança de posição social de uma pessoa num determinado sistema de estratificação social.

Quando as mudanças de posição social ocorrem no sentido de subir ou descer na hierarquia social, estamos diante de mobilidade social vertical. Esta pode ser:

- **ascendente**, quando a pessoa melhora sua posição no sistema de estratificação social, passando a integrar um grupo de situação superior à de seu grupo anterior.
- **descendente**, quando a pessoa piora de posição no sistema de estratificação social, passando a integrar um grupo de situação inferior.

O filho de um operário que, através do estudo, passa a fazer parte da classe média é um exemplo de mobilidade social vertical ascendente (subida social). A falência e o conseqüente empobrecimento de um comerciante, por outro lado, é um exemplo de mobilidade social vertical descendente (queda social).

Vejam agora o caso de alguém que muda de uma cidade do interior para a capital, permanecendo na mesma classe social. No interior, essa pessoa defendia idéias políticas conservadoras; agora, na capital, em razão das novas influências, ela passa a defender as idéias de um partido progressista. Esse exemplo mostra uma pessoa que experimentou alguma mudança de posição social mas que, apesar disso, permaneceu na mesma classe social.

Quando a mudança de uma posição social a outra se opera dentro da mesma camada social, diz-se que houve uma *mobilidade social horizontal*.

Outro exemplo de mobilidade social horizontal pode ser o de um operário que muda de religião, ou que se casa com uma moça de mesmo nível social, ou, ainda, que muda de partido político.

O fenômeno da mobilidade social varia de sociedade para sociedade. Em algumas sociedades ela ocorre mais facilmente; em outras, praticamente inexistente no sentido vertical ascendente. É mais fácil, provavelmente, ascender socialmente em São Paulo do que numa cidade do Nordeste.

A mobilidade social vertical ascendente também é mais freqüente na sociedade americana do que na Índia, onde praticamente não existe. Esse tipo de mobilidade é mais intenso numa sociedade aberta, democrática - como os Estados Unidos -, do que numa sociedade aristocrática por tradição, como a Inglaterra.

Entretanto, é bom esclarecer que, numa sociedade capitalista mais aberta, dividida em classes sociais, embora a mobilidade social vertical ascendente possa ocorrer mais facilmente do que em sociedades fechadas, ela não se dá de maneira igual para todos os indivíduos. A ascensão social depende muito da origem de classe de cada indivíduo.

Alguém que nasce e vive numa camada social elevada tem mais oportunidade e condição de se sair melhor do que aqueles que são originários das camadas inferiores. Isso pode ser facilmente verificado no caso dos pretendentes ao curso superior. Aqueles que, desde o início de sua vida escolar, freqüentaram boas escolas e, além disso, estudaram em cursinhos preparatórios de boa qualidade têm mais possibilidade de aprovação no vestibular. É por isso que a maioria dos alunos das melhores universidades são originários da classe média e da classe alta.

Castas, Estamentos e Classes Sociais

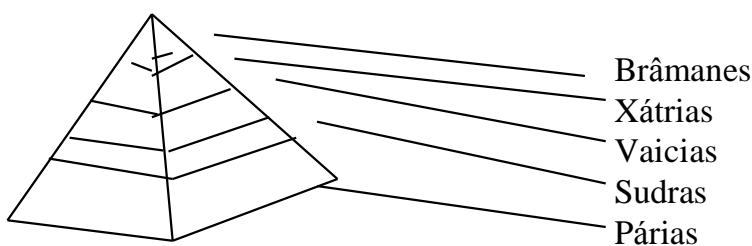
Como vimos anteriormente, existem sociedades em que os indivíduos nascem numa camada social mais baixa e podem alcançar, com o decorrer do tempo, uma posição social mais elevada.

No entanto, existem sociedades em que, mesmo usando toda a sua capacidade e empregando todos os esforços, o indivíduo não consegue alcançar uma posição social mais elevada. Nestes casos, a posição social lhe é atribuída por ocasião do nascimento, independentemente da sua vontade e sem perspectiva de mudança. Ele carrega consigo, pelo resto da vida, a posição social herdada.

A sociedade indiana é estratificada dessa maneira. Desde há muito tempo implantou-se na Índia um sistema de estratificação social muito rígido e fechado, que não oferece a menor possibilidade de mobilidade social. É o sistema de castas. Enquanto, nas sociedades ocidentais, pessoas de classes sociais diferentes podem se casar - o que possibilita a ascensão social de um dos cônjuges -, na Índia o casamento só é permitido entre pessoas da mesma casta.

Assim sendo, as castas sociais são grupos sociais fechados, endógamos (os casamentos se dão entre os membros da mesma casta), cujos membros seguem tradicionalmente uma determinada profissão herdada do pai. Um indivíduo nasce numa casta e nela deve permanecer pelo resto da vida. Adquire ao nascer sua posição social, além de direitos e deveres específicos, não podendo ascender socialmente mediante qualidades pessoais ou realizações profissionais.

Pode-se esquematizar a estratificação social indiana através da seguinte pirâmide:



No topo da pirâmide social estão os brâmanes, que são os sacerdotes e mestres da erudição sacra. A eles compete preservar a ordem social sob a orientação divina. Vêm a seguir os Xátrias, guerreiros que formam a aristocracia militar; entre eles estão governantes de origem principesca, que têm a função de proteger a ordem social e o sagrado saber. Os Vaicias, a terceira grande casta, são os comerciantes, os artesãos, os camponeses; os Sudras executam os trabalhos manuais e as ocupações servis de toda espécie e constituem a casta mais baixa. É seu dever servir pacificamente às três castas superiores.

Fora e abaixo da pirâmide social localizam-se os párias, grupo de miseráveis, sem direito a quaisquer privilégios, sem profissão definida e que só inspiram asco e repugnância às demais castas. Vivem da piedade alheia; não podem banhar-se no rio Ganges (o que é permitido às outras castas), nem ler os Vedas, que são os livros sagrados dos hindus. Os párias aceitam com resignação seu lugar na sociedade e se conformam com a imutabilidade de sua situação - por mais desprezível e inferior que seja - por acreditarem na transmigração da alma, isto é, acreditam que numa outra vida poderão ocupar uma posição social melhor.

Neste século, as reformas e mudanças na economia do país, principalmente as provocadas pela industrialização, começaram a romper o sistema de castas sociais na Índia. Nos grandes centros, principalmente Nova Délhi e Calcutá, a abolição desse sistema vem sendo processada gradativamente. Entretanto, ele ainda é rígido nas aldeias. Por influência da religião, o sistema de castas está arraigado no íntimo de cada hindu, sendo difícil desmontá-lo.

Em teoria, o sistema de castas já foi abolido oficialmente no país em 1947. Basta, porém, andar dois dias pelo país para se constatar que o decreto de 1947 nada significa socialmente. Até nos menores povoados a lei das castas sociais persiste. Os indianos das castas superiores não aceitam perder o privilégio, e, conseqüentemente, os das castas inferiores e os "sem castas" principalmente continuam sendo párias absolutos, humilhados, rejeitados, privados de educação moral, destinados aos empregos mais subalternos, como limpadores de fossas e lavadores de cadáveres. Ainda hoje, a vida dos "sem castas" continua desumana.

Estamentos ou estados

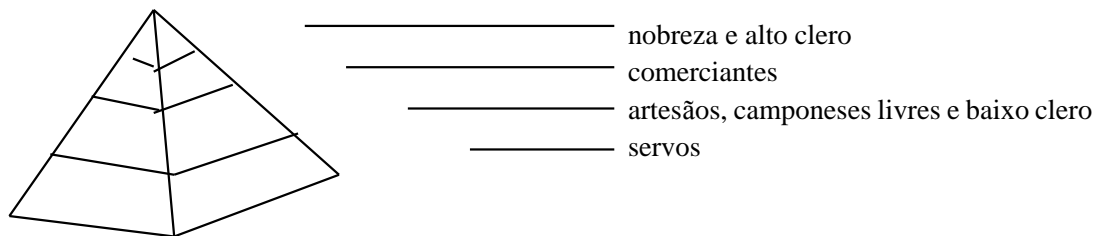
A sociedade feudal da Europa na Idade Média foi um exemplo típico de sociedade estratificada em estamentos.

Estamento ou estado é uma camada social semelhante à casta, porém mais aberta. Na sociedade estamental a mobilidade social vertical ascendente é difícil, mas não impossível, como na sociedade de castas.

Na sociedade feudal os indivíduos só muito raramente conseguiam ascender socialmente. Essa ascensão era possível em alguns casos: quando a Igreja recrutava, em certas ocasiões, seus membros entre os mais pobres; quando os servos eram emancipados por seus senhores; caso o rei conferisse um título de nobreza a um homem do povo; ou, ainda, se a filha de um rico comerciante se casasse com um nobre, tornando-se, assim, também membro da aristocracia.

Essas situações, como dissemos, eram difíceis de acontecer; normalmente as pessoas permaneciam no estamento em que haviam nascido.

A pirâmide social durante o feudalismo apresentava-se da seguinte maneira:



No topo da pirâmide encontravam-se a nobreza e o alto clero. Eram os donos da terra, da qual tiravam sua renda explorando o trabalho dos servos. Os nobres dedicavam-se à guerra e à caça e exerciam o poder judiciário. O alto clero (cardeais, arcebispos, bispos, abades) era uma elite eclesiástica e intelectual, e seus membros vinham da nobreza. Constituíam também a única camada letrada na primeira fase do período medieval, desempenhando importantes funções administrativas.

Vinham a seguir na pirâmide social os comerciantes. Embora muitas vezes ricos, eles não tinham os mesmos direitos da nobreza, além de sofrerem uma série de restrições legais em sua atividade. Essas restrições foram desaparecendo à medida que o feudalismo declinava.

Mais abaixo estavam os artesãos, os camponeses livres e o baixo clero. Os artesãos viviam nas cidades, reunidos em associações profissionais; os camponeses livres trabalhavam a terra e vendiam os produtos nas cidades; o baixo clero, originário da população pobre, convivia com o povo prestando-lhe assistência religiosa.

Abaixo de todos estavam os servos, que trabalhavam a terra para si e para seus senhores, vivendo em condições precaríssimas. Eles estavam ligados à terra, passando a ter novo senhor quando a terra mudava de dono.

A estratificação em estamentos que representava um tipo intermediário entre a casta e a classe era encontrada na Europa até fins do século XVIII.

Classes sociais

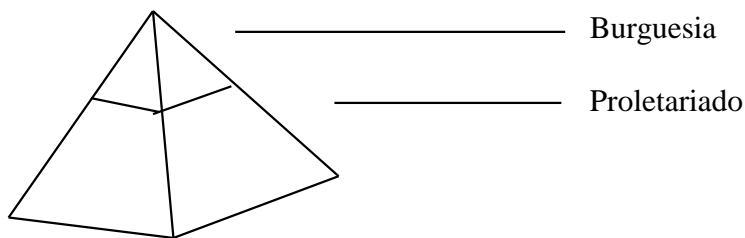
Consideremos as seguintes situações: um rico fazendeiro, proprietário de uma grande extensão de terras, onde cria gado e planta café, empregando em sua propriedade dezenas de trabalhadores. Ou, ainda, o proprietário de uma grande indústria, na qual trabalham centenas de operários qualificados e não qualificados.

Esses exemplos são uma amostra da sociedade em que vivemos - a sociedade capitalista - , onde alguns são proprietários dos meios de produção e a maioria tem apenas sua força de trabalho. Assim, podemos dividir a sociedade capitalista em dois grupos, segundo a sua situação em relação aos elementos da produção:

- **proprietários**, isto é, os proprietários dos meios de produção (terras, indústrias etc.);
- **não proprietários**, isto é, os que são donos apenas de sua força de trabalho.

Como vemos, as relações de produção dão origem a camadas sociais diferentes. A essas camadas que se diferenciam pelo lugar que ocupam na produção de bens damos o nome de classes sociais. Embora alguns autores usem a expressão "classe social" simplesmente como sinônimo de camada social, aplicando-a, portanto, a vários tipos de sociedade, é conveniente reservá-la para as sociedades capitalistas; é ao modo de produção capitalista que ela se aplica com maior precisão.

Na sociedade capitalista existem basicamente duas classes sociais: a burguesia (proprietária dos meios de produção) e o proletariado (proprietária apenas de sua força de trabalho).



As pessoas recebem benefícios diferentes, conforme pertençam a uma ou outra classe social. Por que isso acontece?

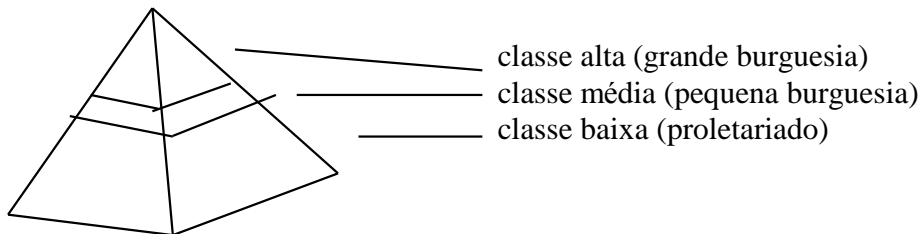
Essa desigualdade se explica porque são diferentes as relações que as pessoas mantêm com os elementos de produção (trabalho e meios de produção). De modo geral, os proprietários dos meios de produção (máquinas, terras etc.) estão entre as pessoas de renda alta, enquanto aquelas que trabalham se situam no grupo de renda média (trabalho qualificado), ou no grupo de renda baixa (trabalho não qualificado). Da mesma forma, o prestígio social está associado às relações entre as pessoas e os elementos da produção: os proprietários dos meios de produção sempre gozam de maior prestígio social do que os trabalhadores. Também a distribuição do poder está baseada na posição dos indivíduos em relação aos elementos da produção.

A propriedade dos meios de produção possibilita, portanto, um maior nível de consumo, mais prestígio social e mais poder. Já os indivíduos que possuem apenas o seu trabalho não desfrutam das mesmas condições dos proprietários e são obrigados a trabalhar para eles, recebendo em troca uma remuneração, o salário.

É possível então chegar ao seguinte conceito de classe social: todo grupo de pessoas que apresenta uma mesma situação com relação aos elementos da produção constitui uma classe social.

Sem perder de vista a estratificação básica em duas classes sociais, e como consequência dela, podemos classificar a sociedade quanto ao nível de consumo de seus membros. Assim, os proprietários dos meios de produção podem adquirir bens e serviços de luxo; os que exercem um trabalho qualificado podem adquirir bens e serviços de preço intermediário; e aqueles que exercem um trabalho não qualificado só podem adquirir bens e serviços de primeira necessidade.

Daí concluímos que é possível representar a população de uma sociedade capitalista numa pirâmide social, conforme seu nível de consumo, que é um reflexo do seu nível de renda:



Na base da pirâmide social localiza-se o proletariado, a classe dos trabalhadores, aquela que vive exclusivamente do seu trabalho. Acima do proletariado encontramos a classe média, também chamada de pequena burguesia, ou seja, aquela que vive do pequeno capital, como os pequenos industriais, pequenos comerciantes, pequenos fazendeiros, além dos profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros etc.). No topo da pirâmide social está a grande burguesia, a classe alta: é a proprietária do grande capital, incluindo-se nela os grandes industriais, os banqueiros, os grandes comerciantes e os grandes proprietários de terra.

Concluimos então que não é possível compreender o aspecto social da sociedade capitalista (estratificação em classes sociais), sem levar em consideração seu aspecto econômico (a propriedade dos meios de produção).

Segundo o nível de renda, no Brasil de hoje podemos distinguir três classes: classe alta, classe média e classe baixa. A partir delas, é possível estabelecer várias subdivisões: classe alta, classe média alta, classe média baixa, classe baixa superior e classe baixa inferior.

Ação Social

A ação social pode se pensada como tendo uma ou mais funções sociais. Função social pode se definida como sendo a relação entre uma ação social e o sistema do qual a ação faz parte, ou, alternativamente, com o resultado da ação social em termos de um esquema de meios e de fins de todas as outras ações por ela afetadas. Nenhuma ação social, nenhum elemento da cultura pode ser adequadamente estudado ou definido isoladamente. Seu significado é dado por sua função, pela parte que ele desempenha num sistema de interações. Estudando as unidades maiores, os mais abstratos conjuntos de padrões de comportamento conhecidos como instituições - tais como um sistema de casamento, um tipo de família, um tipo de troca cerimonial, um sistema de magia - o esquema diferencia vários componentes associados. A instituição é o conjunto de valores e princípios estabelecidos tradicionalmente. As normas são as regras que orientam a conduta das pessoas, distinguindo-se das atividades exercidas por estas, pois as pessoas podem divergir das normas conforme as oscilações dos interesses individuais. A instituição é mantida por meio de um aparato material, cuja natureza pode ser entendida somente pela consideração dos usos para os quais ele serve, e por um pessoal recrutado em grupos sociais apropriados. Por função, neste sentido, Malinowski quer dizer a satisfação de necessidades, inclusive aquelas mais diretamente baseadas em necessidades biológicas.

Para poder enfrentar problemas comuns relacionados com a manutenção e desenvolvimento de sua vida, os homens desenvolveram atividades especializadas. Um dos primeiros princípios da vida social é a divisão do trabalho (social e sexual), com a criação de ações diferenciadas destinadas a enfrentar as exigências da vida diária em condições sociais. A maneira pela qual tais exigências preliminares são realizadas a fim de viabilizar as condições mínimas da existência social humana é denominada por ação social. "Ao resolver seus problemas básicos de existência, o homem cria uma série de padrões de ação que são as formas básicas de organização social. Tais formas vão desde os costumes mais simples, tais como os que governam cumprimentos e despedidas, passam por unidades de complexidade, completude e tamanhos intermediários, tais como a comunidade e culminam na sociedade auto-suficiente, que é a maior unidade para a análise sociológica." (INKELES, 1964 : 106).

A luz da sociologia, podemos relacionar algumas condições que devem ser satisfeitas por uma sociedade humana para que a vida social continue: em primeiro plano, encontra-se a adaptação ao meio ambiente, físico e humano (tecnologia adequada para o fornecimento de alimentos, vestuário compatível com as condições climáticas, habitações, etc...). Além disso, para prolongar sua sobrevivência a longo prazo, necessita elaborar técnicas de transmissão do conhecimento adquirido (educação) para as gerações mais novas. Não menos importante, é a necessidade de toda sociedade humana de satisfazer as necessidades bio-sociais de seus membros, ou seja a necessidade de contato físico e psíquico com outros indivíduos. Outra condição importante, pode ser caracterizada pelo desenvolvimento de uma hierarquia social: "O homem precisa criar regras e processos ordenados para determinar quem ocupa determinados postos, coordenar o movimento, controlar o emprego de força e fraude, regular o comportamento sexual, dirigir as condições de troca e assim por diante, em toda a amplitude das relações humanas. No processo de criação de tais regras, o homem inventa as unidades básicas de organização social." (INKELES, 1964 : 110).

O conceito de organização social remete à idéia de que organização é a de um conjunto de pessoas obtendo coisas por uma ação planejada. O arranjo da ação numa seqüência adequada aos fins sociais selecionados é um processo social. Estes fins devem ter alguns elementos de significado comum para a rede de pessoas relacionadas na ação. Organização social implica algum grau de unificação, a união de diversos elementos numa relação comum. A organização pressupõe também elementos de representação e responsabilidade. Em muitas esferas, a fim de que os propósitos de um grupo possam ser realizados, deve haver representação dos seus interesses pelos membros individuais. As decisões assentadas como decisões grupais devem ser, de fato, decisões individuais. Para assumir a responsabilidade efetiva, e para os outros membros de todos estes grupos componentes concordarem com ele em representar seus grupos componentes concordarem com ele em representar seus interesses, deve haver um esforço de projeção de todas as partes concernentes - um conceito de incorporação imediata em interesses menos diretamente perceptíveis. quanto mais limitada esta projeção, mais restrita a organização social.

Os membros da sociedade procuram um guia seguro para a ação, e a estrutura da sociedade lhes dá isso - através da família, do sistema de parentesco, das relações de classe, da distribuição ocupacional, e assim por diante. Ao mesmo tempo, oferece oportunidade para variação e para a compreensão dessas variações. Isto é encontrado na organização social, a ordenação social, a ordenação sistemática de relações sociais pelos atos de escolha e decisão. Na estrutura social se encontra o princípio de continuidade da sociedade; no aspecto da organização se encontra o princípio de variação ou mudança - que permite a avaliação da situação e a escolha individual.

A teoria sociológica deve focalizar certos aspectos da estrutura e dos processos que se verificam nos sistemas sociais. Por sistema social, entende-se o sistema constituído pela interação direta ou indireta de seres humanos entre si.

Nosso ponto de partida é o conceito dos sistemas sociais da ação. O esquema que abrange unidades de ação e interação é um esquema relacional. Analisa a estrutura e os processos dos sistemas que se constroem a partir das relações de tais unidades com suas situações, que incluem outras unidades.

Do ponto de vista da ação, pode-se classificar o mundo dos objetos em três classes: objetos "físicos", "sociais" e "culturais". Objeto social é o ator, que pode ser tanto um outro indivíduo qualquer (alter), como o próprio ator tomado como ponto de referência de si mesmo (ego), ou como uma coletividade tomada como unidade para os fins de uma análise de orientação. Os objetos empíricos são entidades empíricas que não reagem ao ego nem interagem com ele. São meios e condições da ação. Objetos culturais são elementos simbólicos da tradição cultural, idéia ou crenças, símbolos expressivos ou padrões de valores, em tanto que considerados como objetos situacionais pelo ego, e que não sejam "internalizados", passando a fazer parte da estrutura de sua personalidade.

É evidente que a fonte original de energia que anima os processos da ação reside no organismo; portanto, em certa medida, toda satisfação ou privação tem significação orgânica. Mas a motivação, em sua feição concreta, não pode, dentro do esquema aqui proposto, ser analisada em termos das necessidades básicas do organismo, embora tenha nelas as suas raízes. A organização dos elementos da ação, dentro deste esquema, é primeiro de tudo função da relação entre o ator e sua situação e a história dessa relação, o que se chama "experiência".

Quando surgem sistemas simbólicos que podem ser meios de comunicação, pode-se falar dos princípios de uma "cultura", a qual se torna parte dos sistemas de ação dos atores.

Um sistema social consiste numa pluralidade de atores individuais interagindo mutuamente numa situação que tem pelo menos um aspecto físico ou ambiental. Os atores são motivados relativamente a uma tendência ao máximo de satisfações, e a relação de cada qual com sua situação e com os outros é definida e mediatizada por um sistema comum de símbolos culturalmente elaborados. Assim concebido, um sistema social é somente um dos três aspectos da elaboração de um sistema social de ação concreto. Os outros dois são os sistemas de personalidade dos atores individuais e o sistema cultural incorporado na ação desses atores. Cada um é indispensável aos outros dois, pois que sem personalidade e cultura não poderia haver sistema social, e assim por diante.

Status e papel social

Dentro de um mesmo grupo os indivíduos não ocupam posições equivalentes. Das generalizações que se pode fazer com respeito a todos os grupos sociais, a principal é a de que existe uma diferenciação de posições dentro de cada grupo e que todas essas posições não são valorizadas igualmente pelos seus membros. Algumas posições são mais apreciadas que outras, e as pessoas que as ocupam gozam de maior prestígio que aquelas que ocupam posições menos valorizada.

Sistemas de "status" é o termo que usaremos quando fizermos referências à hierarquia de posições existentes num grupo; status referir-se-á a um ponto dentro desse sistema de status. O status do indivíduo é um dos mais poderosos determinantes do seu comportamento.

Durante o processo de socialização, vamos constantemente aprendendo nossas posições e papéis sociais que vamos ocupar na nossa sociedade. Assim, a criança brinca de desempenhar estes papéis, aprendendo a reconhecer e respeitar as expectativas relacionadas a estes papéis.

A partir do momento que exercemos determinados papéis sociais, somos reconhecidos pelo status relacionado ao mesmo, ou seja, a nossa identidade social, o nome que você dá a si mesmo e que informa aos outros sobre as suas ações. A identidade serve para situar o indivíduo em relação aos outros. A identidade, assim como a ação, é socialmente criada na estrutura social.

Por definição, o status só tem significação quando consideramos uma relação de que participam duas ou mais pessoas, sua verdadeira essência é a comparação de indivíduo com indivíduo. Em conseqüência, o status exemplifica por excelência um valor socialmente derivado, que exerce uma influência profunda nos fatores dinâmicos básicos da personalidade dos indivíduos.

Durante o processo de socialização, vamos constantemente aprendendo nossas posições e papéis sociais que vamos ocupar na nossa sociedade. Assim, a criança brinca de desempenhar estes papéis, aprendendo a reconhecer e respeitar as expectativas relacionadas a estes papéis.

A partir do momento que exercemos determinados papéis sociais, somos reconhecidos pelo status relacionado ao mesmo, ou seja, a nossa identidade social, o nome que você dá a si mesmo e que informa aos outros sobre as suas ações. A identidade serve para situar o indivíduo em relação aos outros. A identidade, assim como a ação, é socialmente criada na estrutura social.

“Cada um de nós é um grande número de pessoas, cada qual associada a uma posição de status. Nós nos tornamos nossas posições de status, pensamos sobre nós mesmos em termos dessas posições e anunciamos essas posições aos outros no modo como atuamos no mundo.” (CHARON, 2001 :72).

Conceito de papel social e status: "Conjuntos definidos ou complexos de maneiras costumeiras de fazer as coisas, organizadas em torno de determinado problema, ou destinados a conseguir determinado objetivo, podem ser facilmente identificados em qualquer comunidade humana. Esse conjunto de maneiras costumeiras de fazer as coisas é designado pelo termo de papel" (INKELES, 1964 : 112). Quando determinados papéis sociais atingem um grau específico de formalização dentro da sociedade, designando assim posições sociais para os indivíduos que o representam, recebem o nome de status: "Portanto, uma posição de status é uma designação socialmente reconhecida, uma posição num espaço social, e não geográfico, para a qual os indivíduos podem ser designados, e que dá ao indicado um conjunto de direitos e obrigações. Os direitos e obrigações constituem o papel que o indicado deve desempenhar." (INKELES, 1964 : 112). O status pode ser atribuído ou conquistado.

Há duas maneiras, num grupo social, de se alcançarem as diferentes posições: estas podem ser atribuídas ao indivíduo em razão de algum fator ocasional, como nascimento, raça, sexo, compleição física, idade (status atribuído); ou podem ser conquistadas pelo indivíduo graças à sua habilidade e capacidades pessoais (status adquirido). Essas duas maneiras de obter uma posição social, por atribuição ou conquista, apresentam-se associadas de modo complexo na determinação do status do indivíduo.

São aspectos do papel social, também, a maneira pela qual as pessoas se comportam quando em relação com outras de status superior e a maneira pela qual se comportam em face daquelas situadas abaixo.

O sistema de status define comumente o padrão de relações que governa a interação entre membros de um grupo. Na mesma medida em que a conduta está associada ao status do indivíduo, este (status) se apresenta como um aspecto de seu papel social. Para alguns papéis ele poderá constituir mesmo a base em torno da qual se organizará toda a conduta manifesta. Por exemplo: ser membro da classe superior em algumas comunidades implica vestir-se de determinada maneira, associar-se com certas pessoas, participar de atividades determinadas, freqüentar determinada igreja. A não observância de qualquer destas convenções pode implicar, para o indivíduo, uma perda de status, e mesmo na sua rejeição por parte do grupo.

O status concedido ao indivíduo é, ao mesmo tempo, caracterizado e limitado pela maneira segundo a qual ele preenche os papéis associados a esse status.

Podemos definir como papel social a atividade que um determinado indivíduo exerce no grupo social ao qual pertence. É o aspecto dinâmico de status.

Status atribuído: são posições para a qual o indivíduo é automaticamente classificado. Assim, a idade e o sexo, a cor, a casta, a linhagem familiar e a religião podem determinar o status de um indivíduo a partir de seu nascimento.

Status conquistado: designa posições sociais que o indivíduo alcança por ações ou realizações. Algumas destas posições podem ser alcançadas apenas em função das qualificações anteriores (status atribuído). Como exemplo podemos citar o casamento, profissões liberais, etc...

IV - Elementos básicos da vida social (indivíduo, cultura e sociedade)

Padrões de comportamento (diferenças entre sociedades humanas e sociedades animais)

Como outras espécies animais superiores, o homem possui um sistema nervoso capaz de receber e reagir a estímulos. Esses estímulos podem ser internos, isto é, oriundos do próprio organismo (do estômago, por exemplo, quando a pessoa está com fome) ou externos, como sensações de luz e som. Os impulsos internos são freqüentemente chamados de "drives" primários, entre os quais, os que se referem à necessidade de oxigênio, fome, sede, dor, eliminação, ajustamento à temperatura, fadiga, sono e sexo. Esses são impulsos que se manifestam espontaneamente em caso de privação prolongada, embora também possam ser provocados externamente. São chamados primários porque são necessidades orgânicas elementares, automáticas, que devem ser satisfeitas de alguma forma para a sobrevivência do indivíduo. Esses impulsos básicos do indivíduo são modificados e controlados pela sociedade através de condicionamento (aprendizagem), e por conseguinte expressam-se de diferentes maneiras, determinadas pelo grupo específico (e sua cultura) do qual faz parte o indivíduo. Assim, embora a fome seja um "drive" elementar que deve ser satisfeito, o tipo de alimento, o horário e a maneira de comer são assuntos de condicionamento.

Os animais inferiores possuem instintos que os orientam para atividades destinadas a protegê-los e perpetuar-lhes a espécie. Pode-se até afirmar que muitos desses animais se adaptam melhor a seu modo especial de vida do que o homem ao seu. Entretanto, o homem adapta-se através do aprendizado, e é essa a fonte de sua superioridade. Uma vez tenha o homem formado uma idéia, feito uma descoberta, quase não há limites para a extensão do desenvolvimento que poderá criar, conseguindo assim um conforto maior. Esse tipo de contínuo progresso capacitou-o a erigir civilizações mais elaboradas e estabelecer padrões de comportamento extremamente diferenciados.

Padrões de comportamento constituem formas regulares de ação associadas a determinadas situações. Todas as espécies animais e não somente a humana, apresentam formas padronizadas de comportamento: "Os padrões de comportamento observáveis entre os animais não humanos são, porém, substancialmente diferentes dos verificáveis entre os homens... Se observarmos rigorosamente o comportamento das abelhas de uma colmeia qualquer durante o maior tempo que nos for possível, mesmo durante anos, constataremos que os seus padrões de comportamento são constantes. Por outro lado, é inteiramente óbvio que os padrões de comportamento do homem e, logo, as suas formas de organização social são extremamente mutáveis no tempo e no espaço... Assim, enquanto os padrões de comportamento dos animais não humanos possuem um altíssimo grau de estabilidade no tempo e no espaço, os padrões de comportamento do homem são extremamente flexíveis. Isto ocorre precisamente porque os padrões básicos de comportamento dos animais não humanos são transmitidos através da herança biológica. Já os padrões de comportamento do homem são transmitidos e aprendidos através da comunicação simbólica." (VILA NOVA, 1981 : 29-30).

Diferenças entre padrões de comportamento entre o homem e outros animais	
Animais	<ul style="list-style-type: none">• semelhantes entre uma mesma espécie• são transmitidos geneticamente
Homem	<ul style="list-style-type: none">• formas de organização social extremamente mutáveis no tempo e no espaço• extremamente flexíveis• adquiridos através do processo de comunicação simbólica (estão fora das condições biológicas)



Figura C: Diferentes padrões de comportamentos manifestam-se através das diferenças culturais existentes entre seres humanos pertencentes a culturas distintas.

Socialização e comunicação simbólica

A comunicação entre seres humanos efetua-se através de símbolos: "O símbolo... é alguma coisa cujo valor ou significado é atribuído pelas pessoas que o usam." (WHITE, L. Apud VILA NOVA, 1981 : 29-30). O símbolo é tratado como "coisa" porque pode assumir qualquer forma física: um objeto material, uma cor, um som, um cheiro, um movimento, um gosto. Ao mesmo tempo, o símbolo não se limita a palavra, mas esta permite ao indivíduo conduzir suas ações segundo determinadas situações, objetos e pessoas, permitindo a transmissão de conhecimentos, técnicas e idéias em geral, constituindo uma das bases que viabilizam o processo de socialização (transmissão e assimilação de padrões de comportamento, normas, valores e crenças), e por extensão, a própria continuidade dos sistemas sociais.

Podemos dizer que a linguagem é a primeira Instituição com que se defronta o indivíduo: "... a linguagem é a Instituição fundamental da sociedade, além de ser a primeira instituição inserida na biografia do indivíduo. É uma instituição fundamental, porque qualquer outra instituição, sejam quais forem suas características e finalidades, funda-se nos padrões de controle subjacentes da linguagem. Sejam quais forem as outras características do Estado, da economia e do sistema educacional, os mesmos dependem dum arcabouço lingüístico de classificações, conceitos e imperativos dirigidos à conduta individual; em outras palavras, dependem dum universo de significados construídos através da linguagem e que só por meio dela podem permanecer atuantes." (BERGER, 1978 :193).

É exatamente através da socialização que o indivíduo consegue desenvolver-se e ser admitido na sociedade: "Embora a socialização seja mais intensa durante a infância e a adolescência, é, no entanto, um processo permanente, porque, mudando de grupo e de posição social, os indivíduos tem que se adaptar a novas situações sociais, e essa adaptação é feita através da aprendizagem de novos modos padronizados de agir e mesmo de pensar. Ademais, todas as sociedades estão sempre se transformando, mudando os padrões de organização... Isto requer do indivíduo, para que ele possa se adaptar às transformações do seu ambiente social, a assimilação dos novos padrões de comportamento desenvolvidos na sociedade... A socialização é, portanto, um processo fundamental não apenas para a integração do indivíduo na sua sociedade, mas, também, para a comunidade dos sistemas sociais." (VILA NOVA, 1981 : 32).

Principais Tipos de socializações	
Primária	fornece aos indivíduos os padrões de comportamento básicos necessários a uma vida normal na sociedade
Secundária	através da aprendizagem de tipos específicos de padrões de comportamento, relacionados com determinadas posições e situações sociais.

Cultura

O homem sempre vive em grupos, em associação com outros homens. Esse fenômeno requer regras e leis que governem as relações entre pessoas. Essas regras o homem deve aprender e obedecer. Em outras palavras, o homem por viver em grupos, criou um ambiente "artificial" no qual o indivíduo nasce e ao qual deve adaptar-se. O processo de adaptação, que começa com o nascimento e perdura durante período considerável da vida do indivíduo, é chamado de socialização.

As regras e leis referidas devem-se acrescentar outros elementos - o conhecimento e as técnicas de fabrico acumuladas, as criações materiais e não materiais transmitidas e armazenadas pelo grupo. Em conjunto, todas essas coisas formam o ambiente social ou o que se tornou conhecido como cultura. O significado de cultura é vital para a natureza da sociedade.

A cultura é portanto, a base de sustentação do indivíduo e da organização social. É ela que influencia o que fazemos, que cria nossas “verdades”, normas e valores em comum, permitindo que duas ou mais pessoas em interação se entendam e compartilhem da mesma definição de como é o mundo e de como devemos nele viver. Nesse sentido, podemos dizer que a cultura é a base para a construção social da realidade: “A verdadeira importância da cultura é que os seres humanos adquirem suas crenças por meio da interação. Nossas verdades, princípios morais, valores e objetivos são, em grande medida, socialmente criados. Em função disso é que toda organização social procura dar a entender que sua cultura é a correta, a única maneira de pensar e agir corretamente. A isso chamamos de etnocentrismo.

O termo cultura é usado tanto no sentido genérico quanto no específico, isto é, como a herança social da humanidade como um todo, e a de uma sociedade específica. No último caso falamos de cultura dos índios Blackfoot, dos maoris da Nova Zelândia ou dos Kazaks da Ásia central, ou dos italianos, alemães e albaneses. Descobriu-se que o homem, em geral, tem as mesmas necessidades e desejos básicos - biológicos, sociais e psíquicos - e, portanto tenderá a possuir, em qualquer lugar, determinados traços culturais, que poderemos chamar de "padrão universal de cultura". Contudo, a maneira como diversas sociedades satisfazem essas necessidades e os resultados de seus esforços podem diferir radicalmente. A consequência é a variação cultural. As diferenças de cultura entre as sociedades humanas, às vezes, são tão grandes que se encontra entre elas pouca ou nenhuma compreensão e apreciação das maneiras de ser da outra.

Cultura é a herança que determinada sociedade transmite a seus membros através da educação sistemática e da convivência social. “Cultura é a vida total de um povo, a herança social que o indivíduo adquire de seu grupo... parte do ambiente que o próprio homem criou”.

Cada geração e cada indivíduo também contribuem para ampliar e modificar a cultura que recebem. É isso que explica o progresso, as mudanças, que ocorrem com a sucessão das gerações.

Portanto, a aquisição e a perpetuação da cultura é um processo social, não biológico, resultante da aprendizagem. Cada sociedade transmite às novas gerações o patrimônio cultural que recebeu de seus antepassados, por isso também podemos chamar a cultura de herança social.

Esta herança pode ser transmitida através de mecanismos formais ou sistemáticos (escola) e não formais ou assistemáticos (família).

As formas de organização das relações sociais entre os homens podem ser consideradas como bio-sócio-culturais, a medida que os padrões de comportamento do homem não são transmitidos simplesmente pela herança biológica (os padrões de comportamento de animais não humanos são considerados como bio-sociais). Assim, podemos dizer que o termo cultura, caracteriza a sociedade humana. Em seu sentido sociológico, ao contrário da linguagem cotidiana, cultura não representa uma forma de erudição, mas tudo o que resulta da criação humana, "um todo complexo que abarca conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e outras capacidades adquiridas pelo homem como integrante da sociedade." (TYLOR, E.B. Apud VILA NOVA, 1981 : 33). Neste sentido, o que deve ficar claro, é que todos os homens possuem cultura, pois uma vez que vivem em sociedade, participam de alguma manifestação cultural. "Tanto a mais simples e isolada sociedade tribal quanto a mais complexa sociedade urbano-industrial possui cultura. A cultura, compreendendo conhecimentos, técnicas de transformação da natureza, valores, crenças de todo tipo, normas, é, pois, o modo de vida próprio de cada povo. Ela é o fundamento da sociedade e o que distingue o homem dos animais não humanos. Cada povo, cada sociedade tem sua cultura, o que equivale dizer, seu modo de vida." (FICHTER, J.H. Apud VILA NOVA, 1981 : 34(VILA NOVA, 1981 : 29-30).

Desta forma, fica caracterizada a inexistência de culturas inferiores ou superiores, mas tão somente de culturas diferentes para sociedades diferentes, onde cada cultura passa a ser encarada como uma unidade autônoma que só pode ser compreendida a partir de si mesma.

A definição sociológica de cultura, portanto, difere da do senso comum, no sentido de indicar algum tipo de erudição, constitui uma perspectiva do mundo que as pessoas passam a ter quando interagem, compartilhando suas idéias sobre o que deve ser verdadeiro, correto e importante.

Estas idéias são apreendidas através dos mecanismos de socialização (família, escola e organizações sociais. Nesse sentido, a cultura corresponde à uma herança social, com verdades estabelecidas de longa data, muitos anos antes de nosso nascimento. Exemplo destas "verdades" são o casamento, o amor, Deus, etc, que são produzidas pelas organizações sociais (família, escola, igreja), que são os veículos da cultura.

Mudanças culturais, valores, objetivos e normas

Acontecem quando as organizações sociais mudam, rompendo com o antigo conjunto de "verdades" e gerando novas "verdades" e valores.

À medida que a cultura se compõe de idéias sobre as coisas pelas quais vale ou não a pena se empenhar, ela acaba por gerar valores, que são compromissos de longo prazo, um princípio organizador da conduta dos indivíduos pelo qual ele procura estabelecer objetivos a alcançar. Ex.: honestidade e segurança pessoal.

O conjunto de normas corresponde às expectativas que temos uns dos outros, como se espera que atuemos, as regras, as leis, o jeito certo. As normas estão associadas à posição da pessoa e a sua participação no grupo.

É nesse sentido, que podemos pensar a emergência da cultura como um conjunto de regras que contrapõem a universalidade presente na natureza. Não há para o homem "comportamento natural da espécie ao qual o indivíduo isolado possa voltar por regressão. É portanto impossível tentar encontrar um estado "natural" da humanidade antes do seu estado "cultural". Onde está a Regra está a Cultura. Diremos em conseqüência que onde está o universal está a Natureza: "Porque o que é constante em todos os homens escapa necessariamente ao domínio dos costumes, das técnicas e das instituições pelos quais os seus grupos se diferenciam e se opõem... Digamos portanto que tudo o que é universal, no homem, respeita à ordem da natureza e caracteriza-se pela espontaneidade, que tudo o que está submetido a uma norma pertence à cultura e apresenta os atributos do relativo e do particular."

Etnocentrismo

Quando alguém procura afirmar a superioridade ou inferioridade de uma determinada cultura, parte de um ponto de vista etnocêntrico ou seja, adota os valores de uma cultura em particular. "Etnocentrismo, em Ciência Social, é a tendência humana universal a perceber e julgar culturas e sociedades estranhas através do crivo dos valores da sua própria cultura... Nenhuma cultura pode ser compreendida a partir da 'lógica' de uma outra, pois cada cultura possui sua própria 'lógica'. O modo como cada povo organiza suas relações sociais para satisfazer as suas necessidades só pode ser compreendido a partir de si mesmo." (VILA NOVA, 1981 : 35).

"Toda cultura compreende, além dos meios de satisfação de necessidades, idéias a respeito do modo convencionalmente correto de satisfazê-las, isto é: normas... É próprio da condição social do homem que ele não apenas se preocupe com a satisfação das suas necessidades, mas, também, como as formas estabelecidas como corretas na cultura de sua sociedade para satisfazê-las, pois toda cultura é inevitavelmente normativa... Mas, além de possibilitar a satisfação das necessidades humanas e de limitar normativamente essa satisfação, a cultura também cria necessidades para o homem... Um grande número de necessidades do homem é criado pela cultura e por ele assimilado através da socialização." (VILA NOVA, 1981 : 36).

V - Referências Bibliográficas

BERGER, Peter. "O que é uma instituição social?". In: FORACCHI, Marialice (Org.). **Sociologia e Sociedade**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

CASTRO, Anna Maria de & DIAS, F. Dias. **Introdução ao pensamento sociológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1978.

CUEVA, Agustin. A concepção marxista das classes sociais. In: **Coletânea de textos para uso didático da Disciplina de "Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneo"**. Ciclo Básico de Ciências Humanas, de Ciências Jurídicas e Econômicas e de Educação, São Paulo: PUC, 1979.

CUNHA, José Auri. **Filosofia: iniciação à investigação filosófica**. São Paulo: Atual, 1992.

FERNANDES, Florestan. "A herança intelectual da sociologia". In: FORACCHI, Marialice (Org.). **Sociologia e Sociedade**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

FIRTH, Raymond. "Organização social e estrutura social". In: CARDOSO, Fernando Henrique (Org.). **Homem e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1968, pp.35-46.

HARTLEY, E.L. & HARTLEY, R.E. "Status social e papel social". In: CARDOSO, Fernando Henrique (Org.). **Homem e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1968, pp.69-74.

INKELES, Alex. **O que é sociologia? Uma introdução à Disciplina e à Profissão**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.

KOENIG, Samuel. **Elementos de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARTINS, Carlos B. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos n. 57).

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. 20. ed. São Paulo: Ática, 1998.

PARSONS, Talcott. "O conceito de sistema social". In: CARDOSO, Fernando Henrique (Org.). **Homem e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1968, pp.47-55.

_____. "Os componentes dos sistemas sociais." In: CARDOSO, Fernando Henrique (Org.). **Homem e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1968, pp.56-59.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Atlas, 1981.



Antonio Sérgio Azevedo Damy